**Orientações gerais – Corte do fornecimento de serviços públicos essenciais por inadimplência**

**Objetivo: manter o fornecimento do serviço ininterrupto.**

**Importante**: Entregue a solicitação pessoalmente e leve cópia para o fornecedor ou a empresa protocolar. Se enviar pelo correio, faça com Aviso de Recebimento – AR. Guarde uma cópia da solicitação com o comprovante de recebimento.

Se for o caso, anexe à carta cópias de todos os papéis que provam suas alegações e publicidade ou oferta feitas. Quando a empresa se convence do erro que cometeu, muitas vezes ela procura resolvê-lo ou pelo menos fazer um acordo com o consumidor.

**Atenção!** **Guarde sempre o original dos documentos, pois eles são a prova de seu direito.**

**Sobre a carta**: As partes em negrito, indicadas abaixo, devem ser alteradas pelo associado. Assim, inclua a data de envio da correspondência, as informações sobre a empresa, os fatos que ocorreram, os valores correspondentes, etc. O que estiver em letra normal deve ser mantido na carta.

**[Local e data]**

A **[nome do fornecedor]**

A/C **[endereçar ao SAC — Serviço de Atendimento ao Consumidor ou à Ouvidoria da empresa]**

Prezados senhores,

Venho à presença de V. Sas. para expor e solicitar o que segue.

Estou atrasado no pagamento da(s) conta(s) de **[indicar a modalidade de serviço prestado: energia elétrica, fornecimento de água ou gás encanado]** do(s) mês(es) **[indicar o mês ou meses não pagos]**, computando um total de **[indicar a quantidade de dias]** de atraso.

Em **[indicar o dia, mês e hora, se possível]** fui comunicado que terei o serviço **[indicar a modalidade de serviço prestado]** suspenso.

Todavia, embora haja uma suposta permissão do corte por inadimplência na Lei nº 8.987/95, a legalidade desta permissão é questionável, posto que está caracterizado exercício arbitrário das próprias razões e atuação de justiça privada (artigos 345 e 350 do Código Penal), ferindo os princípios constitucionais da ampla defesa (artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal) e da inocência presumida. Por fim, o corte fere o artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, pois se caracteriza por uma forma de cobrança vexatória, além do artigo 22 do mesmo diploma, que é taxativo ao ditar que os serviços públicos essenciais (dentre os quais se enquadra o fornecimento de **[indicar a modalidade de serviço prestado: energia elétrica, água ou gás encanado]**, por força do artigo 10 da Lei 7.783/89) devem ser contínuos.

Diante do exposto, solicito que não haja o corte do fornecimento de **[indicar a modalidade de serviço prestado: energia elétrica, água ou gás encanado]** colocando-me à disposição para renegociação do débito existente.

Dessa forma, fica expressa a iniciativa de tentar resolver esta situação de maneira amigável. Todavia, se a presente reclamação não obtiver resposta no prazo de 05 (cinco) dias ***[nesse caso, é possível diminuir o prazo devido à gravidade e urgência da situação]***, contados do seu recebimento, não restará outro caminho a não ser adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Certo de seu pronto atendimento em resposta ao meu direito como consumidor, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente,

**(Assinatura)**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**[Nome. Se você for associado do IDEC e desejar identificar-se como tal, acrescente ao lado do nome: “associado do IDEC nº...”.**

**Acrescente também seu endereço e outros meios para que o fornecedor entre facilmente em contato com você, tais como telefone, fax e e-mail].**